

CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

(Valores estimados para a participação de um nº de 6 empresas)

- ✓ Stand Individual Standard (imagem exemplificativa em baixo);



- ✓ 1 balcão vitrine com logotipo e 1 banco alto;
- ✓ Grafismo no topo da parede **PortugalBio**;
- ✓ Grafismo do nome da empresa "Rótulo";
- ✓ Integração na Brochura da Feira;
- ✓ Gestão e apoio técnico da PortugalFoods;



CUSTOS DE PARTICIPAÇÃO:

Stand individual – 1400€ + IVA

Valor **não sujeito** a comparticipação

*Este valor **não contempla os serviços abaixo que podem ser orçamentados mediante solicitação:**

- **Grafismo e aluguer de equipamento adicional** para exposição/confeção de produtos
- **Contratação de serviço de hospedeira/tradutora.**
- **Viagem e estadia**
- **Transporte de mercadoria**

As empresas que necessitem deste tipo de serviços devem solicitar em conformidade, aquando do envio de e-mail com pedido das necessidades de equipamento e serviços extra.

Condições de Pagamento:(*)

100% do custo de participação + taxa de inscrição até ao dia 15 de maio de 2024

(*) A PortugalFoods reserva o direito de cancelar a inscrição no caso de incumprimento do plano de pagamento.

(**) Caso a empresa cancele a inscrição após 15 de maio de 2024 será cobrada a totalidade do custo de participação na ação.

NOTAS:

- As empresas serão ressarcidas em conformidade com a legislação relativa aos incentivos no âmbito do Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME – Projeto Conjunto.
- As empresas com sede nas NUT Norte, Centro e Alentejo têm taxa de financiamento até 50%.
- As empresas com sede nas NUT II Lisboa, Península de Setúbal e Algarve têm taxa de financiamento até 40%. - **Dotação para empresas com sede em Lisboa esgotada. Não existe possibilidade de financiamento.**
- Empresas sediadas nas NUT LVT e Algarve estão sujeitas à existência de dotação no Programa Operacional Regional respetivo.
- Pode ser requerido espaço adicional desde que formalmente solicitado e de acordo com a disponibilidade do mesmo.
- Valores de participação serão revistos em função da área a ocupar.
- No custo de participação não estão considerados custos relativos à realização de testes à COVID-19.

CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE PARA PARTICIPAÇÃO E COFINANCIAMENTO PORTUGAL2030

A empresa declara que cumpre as condições de elegibilidade constantes do Enquadramento Nacional (Decreto-Lei n.159/2014 de 27 de outubro) e do Regulamento Geral dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, designadamente:

- ✓ Encontra-se legalmente constituída
- ✓ Dispõe de contabilidade organizada nos termos da legislação aplicável
- ✓ Cumpre as condições legais necessárias ao exercício da respetiva atividade
- ✓ Tem a situação tributária e contributiva regularizada perante a administração fiscal e a segurança social
- ✓ Pode legalmente desenvolver as atividades no território abrangido pelo PO ou PDR e pela tipologia das operações e investimentos a que se candidatam
- ✓ Está registada no Balcão2030
- ✓ Possui, ou pode assegurar os meios técnicos, físicos e financeiros e os recursos humanos necessários ao desenvolvimento da operação.
- ✓ Apresenta uma situação económico-financeira equilibrada ou demonstra ter capacidade de financiamento da operação
- ✓ Cumpre os critérios de Pequena e Média Empresa (PME), **devidamente comprovados pelo Certificado de PME**, devendo obter ou atualizar a Certificação Eletrónica prevista no Decreto-Lei nº372/2007, de 6 de novembro alterado pelo Decreto-Lei nº143/2009, de 16 de junho, através do sitio do IAPMEI (www.iapmei.pt)
- ✓ Não é uma empresa em dificuldade, de acordo com a definição prevista no artigo 2º do Regulamento (UE)nº651/2014, de 16 de Junho.
- ✓ Declara que não se trata de uma empresa sujeita a uma injunção de recuperação, ainda pendente, na sequência de uma decisão anterior da Comissão que declara um auxílio ilegal e incompatível com o mercado interno, conforme previsto na alínea a) do nº4 do artigo 1º do Regulamento (UE)nº651/2014
- ✓ Declara que não tem salários em atraso
- ✓ Assume as obrigações solidárias e individuais decorrentes do desenvolvimento do Projeto.
- ✓ Não deterem nem terem detido capital numa percentagem superior a 50%, por si ou pelo seu conjugue, não separado de pessoas e bens, ou pelos seus ascendentes e descendentes até ao 1º grau,
bem como por aquele que consigo viva em condições análogas às dos conjugues, em

empresa que não tenha cumprido notificação para devolução de apoios no âmbito de uma operação apoiada por fundos europeus.

- ✓ Os auxílios a conceder aos beneficiários abrangidas pelas disposições constantes na Portaria nº211-A/2016 e da Portaria nº360-A/2017 fica condicionado à existência de dotação de minimis no período abrangido, ao abrigo dos respetivos regimes de auxílios de minimis, devendo o beneficiário garantir que os apoios a conceder no âmbito deste projeto se encontram devidamente cativados e identificados.

Os critérios de elegibilidade dos beneficiários estabelecidos no nº1 do artigo 5º do Regulamento Específico do Domínio da Competitividade e Internacionalização devem ser reportados à data da candidatura, sem prejuízo de os critérios constantes das alíneas b) e c) do artigo 13º do Decreto-Lei nº159/2014 de 27 outubro, poderem ser reportados até ao momento da assinatura do termo de aceitação ou do contrato de concessão de incentivos, conforme aplicável.

Aquando da auditoria final e do encerramento formal dos Projetos pela Autoridade de Gestão poderão existir correções ao nível dos incentivos a devolver caso se verifique que os beneficiários não cumprem os critérios de elegibilidade acima referidos bem como os constantes da restante legislação em vigor.

Os beneficiários poderão ser notificados para procederem à devolução de incentivos atribuídos no âmbito deste projeto caso se comprove, em sede de encerramento do Projeto, que os mesmos prestaram falsas declarações e/ou que não cumprem com os critérios de elegibilidade dos beneficiários constantes no Regulamento Específico no Domínio da Competitividade e Internacionalização bem como os constantes da restante legislação em vigor.

CLÁUSULA DE FORÇA MAIOR

A entidade organizadora do evento/ação, a Associação Integralar – Intervenção de Excelência no Setor Agroalimentar (doravante “PortugalFoods”), poderá reduzir, estender ou modificar a duração do evento, assim como adiar ou cancelar a realização do mesmo, em consequência de circunstâncias extraordinárias, para além do controlo da entidade organizadora, ou de contextos que sejam considerados de força maior. Tais factos não conferem, à empresa participante, o direito de cancelar a sua inscrição, fazer cessar, de forma unilateral, o seu contrato, nem de reclamar o pagamento de qualquer compensação e/ou indemnização pelas perdas e/ou danos, direta ou indiretamente ocorridos, atribuídos, nomeadamente, às circunstâncias extraordinárias ou que configurem uma situação de força maior.

No caso de eventos/ações organizados por terceiros, tais como feiras internacionais, a Associação Integralar – Intervenção de Excelência no Setor Agroalimentar (PortugalFoods) não poderá ser, em caso algum, considerada responsável, caso o terceiro tome a decisão de reduzir, estender ou modificar a duração da ação mencionada, assim como adiar ou cancelar a realização da mesma, em consequência de circunstâncias extraordinárias, para além do controlo da entidade organizadora, aqui uma terceira parte, ou de contextos que sejam considerados de força maior. Tais ações não atribuirão, à empresa participante, o direito de cancelar a sua inscrição, proceder à cessação unilateral do seu contrato com a Associação Integralar – Intervenção de Excelência no Setor Agroalimentar (PortugalFoods), nem de reclamar o pagamento de qualquer compensação e/ou indemnização pelas perdas e/ou danos, direta ou indiretamente ocorridos, atribuídos às circunstâncias extraordinárias ou que configurem uma situação de força maior.

Classificam-se os eventos tidos como de força maior aqueles cuja responsabilidade não é atribuída à entidade organizadora e que são, pela sua natureza, imprevistos e inesperados, e que fogem, por isso, ao seu controlo, tais como os seguintes:

- Os que são reconhecidos como tal pela jurisprudência portuguesa ou pela jurisprudência do país da entidade organizadora, quando esta é uma terceira parte;
- Decisões tomadas pelas autoridades governamentais, quer nacionais quer do país da entidade organizadora, de fechar ou requerer o espaço;
- Guerra;
- Insurreição;
- Greves;
- Pandemias;
- Desastres naturais;
- Atos de terrorismo;
- Restrição da possibilidade de transporte até ao local de realização da ação;
- Eventos que tornem a operacionalização no lugar impossível, independentemente da sua causa e descritos abaixo, como:
 - Fogo;
 - Explosões;
 - Inundações;
 - Tempestades;
 - Relâmpagos;

- A deterioração do equipamento técnico, que torne impossível a operacionalização no lugar.